DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.RC-10980/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/13934/2013
PROTOCOLO	:	1430995
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	MARCELO HENRIQUE DE MELLO
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 18/2013
RELATOR	:	CONS. RONALDO CHADID
CONTRATADO (A)	:	F C RIBEIRO PROTESE - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CONVITE N. 03/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$57.000,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS. PROCESSO LICITATÓRIO E FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Em exame o processo licitatório e a formalização do Contrato Administrativo n. 18/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Jardim/MS e a Empresa F. C Ribeiro Prótese - ME, visando à confecção de próteses dentárias para atender a Secretaria de Saúde do Município, no valor de R$57.000,00 (setenta e sete mil reais).

Encaminhados os autos para análise da 5ª ICE acerca das peças processuais referentes à 1ª etapa do contrato, realizado na modalidade Carta Convite n. 03/2013 (ANC - 13408/2013), seu corpo técnico concluiu pela regularidade e legalidade do processo licitatório e formalização contratual, ficando pendente a execução financeira.

Da mesma forma, o Ministério Público de Contas pronunciou-se pela regularidade e legalidade do processo licitatório e formalização do contrato, por estar em conformidade com a legislação pertinente (PAR-MPC-14289/2013).

É o relatório.

Das razões de decidir.

Os documentos que integram os autos atendem às normas constitucionais, legais e estão em consonância com os termos regimentais desta Corte.

Com relação à formalização do Contrato n. 18/2013, observa-se que foi devidamente celebrado com a empresa F. C Ribeiro Prótese - ME, credenciada na respectiva Carta Convite, e que se fazem presente as cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei 8.666/93, visto que estabelece com clareza os direitos e obrigações das partes, bem como as condições para sua execução.

Mediante o exposto, com fundamento no art.13, V, combinado com o art.311, inciso II e 312, I, primeira parte do Regimento Interno TC/MS, aprovado pela RNTC/MS nº 57/2006, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

I - Pela **REGULARIDADE E LEGALIDADE** do processo licitatório realizado na modalidade Carta Convite n. 03/2013 e da formalização do Contrato Administrativo n. 18/2013, firmado entre a Prefeitura Municipal de Jardim/MS e a Empresa F. C Ribeiro Prótese - ME.

II – Pela **REMESSA** dos autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo, para acompanhar e analisar a execução, nos termos do art. 317 da Resolução Normativa n 57/2006.

É a decisão.
Publique-se.

Campo Grande, 05 de dezembro de 2013.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

smmga